

**Arno Wehling**

Professor titular da Uni-Rio e da UGF.  
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

# Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil

**A** obra relativamente exígua de Capistrano de Abreu teve, com frequência, dois livros valorizados, *Capítulos de história colonial* e *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. A razão para o fato parece-nos estar em que, além do valor intrínseco como sínteses dos anos formativos coloniais e frutos amadurecidos de sólida pesquisa e reflexão, deixam os demais trabalhos do autor para trás pela própria natureza destes: a tese sobre o descobrimento do Brasil é vista como obra de juventude, presa ao esquema spenceriano; os opúsculos sobre o descobrimento e o trabalho acerca das línguas indígenas são forçosamente mais restritos; e os artigos de jornal reunidos nos *Ensaios e estudos*, após a



morte do autor, ressentem-se às vezes da fugacidade dos comentários e do pequeno desenvolvimento.

Se examinarmos as obras principais buscando o tema do descobrimento, constatamos que o assunto está ausente dos *Caminhos*, o que é perfeitamente lógico,<sup>1</sup> e nos *Capítulos de história colonial* é tratado no terceiro capítulo, de um conjunto de *onze*, correspondendo a 15 páginas de um volume com 297, o que significa 5%.<sup>2</sup> Se o tema for alargado para os antecedentes europeus e a disputa inicial pela terra, isto é, para o capítulo antecedente e o posterior, a conjuntura dos descobrimentos cresce para 31 páginas. O tema preferido de Capistrano, o sertão, foi tratado nesse livro em capítulos de 105

páginas, correspondente a pouco mais de um terço da obra.

Devemos concluir, por esses dados, que Capistrano de Abreu, após um breve entusiasmo de juventude, desinteressou-se do tema do descobrimento? Teria sobre ele, na maturidade, um juízo semelhante a aquelas conhecidas opiniões sobre as invasões holandesas e a conjuração mineira?

Para responder às duas perguntas, temos de repassar os textos nos quais o autor se refere ao descobrimento.

Em 1880, publicou um texto não referente de modo direto ao descobrimento, mas à sua conjuntura: *O Brasil no século XVI*: a armada de d. Nuno Manuel, quando defendeu o ponto de vista do comando desta personagem na expedição de 1501. Trabalho de juventude, mais tarde o autor reformularia conceitos nele emitidos, a partir do próprio comando da expedição. Esse trabalho e a tese foram as obras nas quais se baseou o relator Manuel Duarte Moreira de Azevedo para dar parecer favorável ao ingresso de Capistrano no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 14 de setembro de 1887.<sup>3</sup>

Na tese apresentada em 1883 ao Imperial Colégio Pedro II, para a obtenção da cadeira de história do Brasil, o autor apresentou o trabalho *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*.<sup>4</sup> O assunto foi desenvolvido em pouco mais de oitenta páginas e compreendeu duas partes. Na primeira, foi tratado o desco-

brimento de 1500, sob o ângulo das pretensões francesas, espanholas e portuguesas. Na segunda, Capistrano continuou utilizando o conceito de descobrimento, estendendo-o para todo o século: “Descobrimento do Brasil no século XVI”. As duas partes possuem conclusões parciais.

Dezessete anos mais tarde, no contexto das comemorações do IV Centenário do Descobrimento, Capistrano publicaria mais dois trabalhos: “O descobrimento do Brasil pelos portugueses” foi publicado primeiro pelo *Jornal do Comércio*, na edição de 3 de maio de 1900, seguindo-se a edição em opúsculo, no mesmo ano, pela editora Laemmert.<sup>5</sup> O outro texto, intitulado “O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social”, foi concluído no *Livro do centenário 1800-1900*, publicado pela Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, entidade que fora fundada com o objetivo de centralizar as comemorações do evento.<sup>6</sup>

Os dois trabalhos não se repetem. No primeiro, o autor descreveu e analisou a viagem de Cabral, as questões conexas (local da chegada, originalidade da carta de Caminha, a grafia da palavra Brasil) e as duas ‘correntes históricas’ das navegações, pelo litoral africano e no oeste.

O segundo texto de 1900 é mais abrangente, revelando a visão ampla do autor em relação aos antecedentes da expansão européia, quando remonta sua análise ao século XII. Levando em conta

o estado da historiografia à época, a síntese de Capistrano era atualizada e muito superior ao que circulava no Brasil sobre o assunto, com exceção do então recém-lançado (também em 1900) compêndio de João Ribeiro, cuja filiação à *Kulturgeschichte* de Lamprecht explica a importância atribuída à sucessão de quadros conjunturais da baixa Idade Média.<sup>7</sup>

No caso português, Capistrano trata da política do infante e de d. João II. Considera ainda os grupos indígenas existentes em 1500 e o papel que assumiria o Brasil nesse processo de expansão. Como na tese, organizou no texto as fontes para a história do descobrimento então disponíveis, trabalhando com as cartas de Caminha e do mestre João.

Em 1905, voltaria ao tema dos descobrimentos com dois artigos publicados na *Revista Kosmos*. Neles trata das controversas expedições de 1501 e 1503, descrevendo os acontecimentos com base nos documentos existentes e elaborando inferências fundadas no conhecimento dos portugueses sobre o tema. Nesses artigos, chamou a atenção para a exploração do litoral brasileiro daí por diante em duas vertentes, a da costa leste-oeste (Rio Grande do Norte ou Pará) e sudoeste (litoral do Rio Grande do Norte ao rio da Prata).<sup>8</sup>

O último texto, de 1908, intitula-se "Vaz de Caminha e sua carta" e foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, saindo uma segunda edição no *Livro de ouro do centenário da*

*independência*, em 1922.<sup>9</sup>

O autor elabora seu estudo com o levantamento das edições da carta, os dados biográficos de Caminha, a descrição da estrutura da narrativa e a avaliação dos juízos nela contidos. Discute no texto, ainda, as dúvidas sobre a autenticidade do documento e sobre o acaso, referindo-se à carta de mestre João e ao controvertido trecho de Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de situ orbis*, de 1906, de sua vinda ao Brasil em 1498, tema que já considerara na tese do Colégio Pedro II.

\*\*\*

Em 1976, publicamos estudo sobre a presença do cientificismo, em algumas de suas vertentes, na obra de Capistrano. Defendemos então a tese de que seus trabalhos de juventude, até o concurso do Colégio Pedro II, foram realizados sob a influência poderosa de Spencer, Darwin, Comte, Taine e Buckle, numa combinação de evolucionismo com positivismo na qual preponderava o primeiro. Para além desta ou daquela filiação doutrinária, porém, afirmávamos que o que efetivamente tinha significação de um ponto de vista epistemológico era sua plena adesão ao cientificismo, traduzida na adoção explícita ou implícita de alguns pressupostos teóricos do chamado paradigma newtoniano.<sup>10</sup>

Assim, na tese sobre o descobrimento do Brasil, esses traços do cientificismo revelaram-se cabalmente. A concepção que presidia o trabalho era a de que o desco-

brimento fora resultado da “expansão de um organismo” – o português – e que no Brasil se constituiu, ao longo do século, um “novo organismo”, a sociedade colonial.<sup>11</sup>

Essa concepção fez com que, avaliando criticamente as pretensões francesas, espanholas e portuguesas, ele admitisse a prioridade espanhola com Pinzón – já que descartou a hipótese da chegada anterior de Duarte Pacheco Pereira –, embora considerando que o descobrimento efetivamente válido ocorrera com Cabral. Sua conclusão foi:

É, portanto, com os documentos de que

dispomos, incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500.

E foram os espanhóis que o descobriram, porque Cabral viu terra mais de meado de abril; Pinzón viu-a em fevereiro, e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera sinais de terra, já dobrara o cabo de S. Agostinho para o sul e tornava para o norte.

Esta é a solução cronológica.

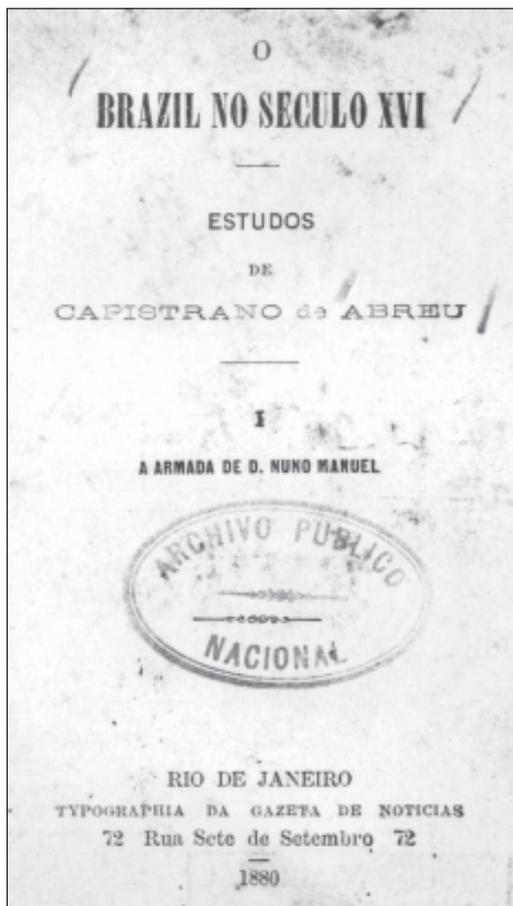
A solução sociológica é diferente; nada devemos aos espanhóis, nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses.

Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses.<sup>12</sup>

Se analisarmos as duas partes da tese, que se divide em “Descobrimto do Brasil” e “Desenvolvimento do Brasil no século XVI”, veremos que o mesmo princípio unificador da epistemologia cientificista as enforma, a partir da idéia da expansão do organismo social ibérico. Entretanto, há uma diferença, evidenciada no uso das fontes disponíveis, entre a primeira e a segunda.

Na primeira, o autor trata de uma pequena questão do ponto de vista científico que à época esposava, embora fosse aspecto politicamente relevante: a de responder a qual dos pretendentes à “glória de ter descoberto o Brasil” deveria ser atribuído este fato.<sup>13</sup>

Baseando sua análise nas fontes disponí-



veis e num grande rigor lógico, utilizou os procedimentos da metodologia historista de que tão bem se valeria nos trabalhos da maturidade. Já era um rankeano, por esse motivo, mas a distinção entre a solução cronológica e a sociológica da questão demonstra como, em 1883, ainda predominava em sua concepção a epistemologia cientificista.

Na segunda parte, a questão discutida cresce: é a “obra de um século” a sociedade estabelecida no Brasil após cem anos de colonização. Nela a presença cientificista é completa, da concepção ao jargão, justapondo conceitos e evolucionistas a positivistas. Ao concluir, dizia sobre o Brasil quinhentista:

Organismo de pouca massa, de estrutura rudimentar, em que cada órgão representava mais de uma função, em que não havia um órgão especial para cada função: faltava-se o *consensus* profundo, a interdependência fundamental, a ação incorporada que o tornaria uma república...<sup>14</sup>

Os textos de 1900 em diante sobre a temática do descobrimento acompanham a mudança de posição teórica do autor, que se expressaria nas obras de maturidade, como os *Capítulos* e os *Caminhos antigos* e, mais esparsamente, na sua correspondência com outros intelectuais. Nesses textos, aparece plenamente vitoriosa a metodologia historista, de inspiração rankeana, desaparecendo os traços mais vigorosos do cientificismo. O autor repete os procedimentos da tese, estabe-

lecendo as fontes, coletando as informações e cotejando os dados para, então, estabelecer suas conclusões. De permeio, faz crítica da historiografia que o antecede, concordando ou discordando dos juízos à luz das suas próprias investigações.<sup>15</sup>

Os procedimentos metodológicos tornam-se, agora, plenamente hermenêuticos: é a interpretação fundada numa combinação de análise lógica, evidência documental e crítica das interpretações anteriores.

\*\*\*



que conclusões chegou Capistrano de Abreu sobre o descobrimento e sua conjuntura, com esse instrumental?

- I. O interesse pelas Índias era atribuído à busca do reino cristão do preste João, com quem se admitia a idéia de uma aliança antimuçulmana, além do interesse comercial, que implicava a eliminação do Egito e Síria como intermediários do comércio oriental, possibilitando o barateamento dos produtos e “o estanco da corrente de metais preciosos que desde a Roma republicana fluíam para o Oriente”.<sup>16</sup>
- II. Nos últimos anos do infante, já se definiria seu interesse pelas Índias e não somente pela costa da África. O assunto foi ignorado pelo autor na tese de 1883, pois ao tratar das “pretensões portuguesas” ao descobrimento, não recua ao período do infante.

Mas na *Memória do centenário*, onde faz uma sofisticada análise do processo de expansão da Europa desde o século XIII, conclui que os planos do infante, no final da vida, incluíam as Índias, apresentando como prova a bula de Nicolau V,<sup>17</sup> que atribuiu-lhe as terras existentes do cabo Bojador até as Índias.

- III. A inspiração permanente de Colombo e dos navegadores espanhóis eram as idéias de Paulo Toscanelli, cuja cartografia minudente, aproximando a Europa da Ásia pelo ocidente, continuou sendo aceita não apenas pelo descobridor, mas por homens como Vicente Yanez Pinzón, cuja chegada no cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, a 26 de janeiro de 1500, obedeceu a essa orientação. Capistrano sublinhou a conclusão de que foi somente com a descoberta por Balboa do oceano Pacífico, em 1513, que a tese de Toscanelli-Colombo perdeu credibilidade.<sup>18</sup>
- IV. As concepções de Cristóvão Colombo permaneceram basicamente as mesmas desde a década de 1480 até sua morte, em 1506, isto é, ele admitia não apenas a possibilidade de chegar às Índias navegando para o ocidente, ao contrário da orientação portuguesa, como continuou acreditando nisso após as quatro viagens à área do Caribe.<sup>19</sup>
- V. A descoberta do Brasil ocorreu portanto em janeiro de 1500, devendo-

se a Pinzón, embora continuasse a afirmar, como em 1883, que o fato cronológico em nada alterava a efetiva descoberta 'sociológica' pelos portugueses.

- VI. A questão do acaso ou da intencionalidade do descobrimento cabralino, que tanta tinta gastara desde sua proposição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por d. Pedro II, em 1849, nunca empolgou Capistrano.<sup>20</sup> Em "O descobrimento do Brasil pelos portugueses", trata do assunto incidentalmente, a propósito da refutação à presença de Duarte Pacheco Pereira, para concluir como o faria mais tarde Lucien Fèbvre sobre os 'falsos problemas' do conhecimento histórico: "Foi fortuito ou não o descobrimento? Não é questão histórica, deve relegar-se para as minúcias da biografia conjectural".<sup>21</sup>
- VII. Os supostos predecessores de Cabral, como Jean Cousin e Duarte Pacheco Pereira, não tiveram a seu favor, segundo Capistrano, nem documentos nem argumentos definitivos. O primeiro teve o texto que o indica publicado somente em 1785, levantando-se-lhe várias objeções.<sup>22</sup> O segundo não deve ser erroneamente interpretado quando fala em terras na direção do polo Antártico, no que poderia ser o Brasil, porque existia "opinião corrente em Lisboa em outubro de 1501, de que eram entre si contíguas as terras geladas descobertas

pelos portugueses ao norte com as Antilhas descobertas pelos espanhóis e a terra dos Papagaios descoberta mais ao sul por Pedro Álvares Cabral...".<sup>23</sup>

Esse ponto de vista em relação a Duarte Pacheco Pereira, Capistrano o manteve desde 1883, reafirmando-o na *Memória do centenário*, de 1900, e na análise da carta de Caminha, em 1908.

VIII. Nas afirmações de Desmarquets sobre a prioridade de Jean Cousin em 1488 e de frei Gaspar da Madre de Deus sobre a chegada de João Ramalho a São Vicente antes de Cabral e de Colombo, por volta de 1490, Capistrano viu o mesmo intuito de afirmar prioridades, o primeiro para seu país, a França, o segundo para sua terra natal, a capitania de São Vicente. A diferença, diz nosso autor, é que Desmarquets teve a sorte de ter sua tese valorizada, no século XIX, por Paul Gaffarel, enquanto o segundo teve a sua desmontada por Cândido Mendes.<sup>24</sup>

IX. Refutando com facilidade a tese da falsificação da carta de Caminha,<sup>25</sup> Capistrano fez a primeira análise estrutural dessa narrativa. Destacou o papel atribuído ao Brasil, em detrimento dos acontecimentos que antecederam à chegada; as três menções aos indígenas, inclusive o impactante encontro e a simpatia por eles demonstrada; a influência de frei

Henrique, mas a menor importância atribuída à missa do que aos índios; o talento de Caminha e sua mente quantitativa; a valorização da natureza, mas o desinteresse pela astronomia.<sup>26</sup>

X. O Brasil rapidamente mudou de significado para os navegadores portugueses: enquanto em Caminha a terra aparece como "pousada" da rota para as Índias, logo depois, com Américo Vespucci, é "caminho" de uma nova rota, para Malaca.<sup>27</sup>

XI. Quando se inicia a exploração sistemática do litoral brasileiro, com as expedições de 1501 a 1503, a costa passa a ser percebida como duas seções distintas, a leste-oeste e a sudoeste.<sup>28</sup>

\*\*\*

**C**erca de um século nos separam dos textos de Capistrano de Abreu sobre o descobrimento: 117 anos da tese, 92 dos últimos escritos. Apesar disso, suas conclusões sobre o tema não envelheceram, tendo sido incorporadas a nosso conhecimento do assunto, ou pelo menos continuando a se constituir em opções válidas nos terrenos mais controversos.

Duas razões podem explicar o fato: a pequena significação dos documentos posteriormente encontrados sobre a expedição de Cabral, que confirmam os textos básicos disponíveis à época de Capistrano, como as cartas de Caminha,

de mestre João e de d. Manuel aos reis da Espanha; e a capacidade hermenêutica do autor, que esquadrinhou de modo absolutamente competente as possibilidades da investigação.

Se o 'paradigma indiciário' de que falam alguns historiadores realmente existe, as pesquisas de Capistrano sobre o descobrimento do Brasil são uma prova de sua eficácia.

Quais são os passos da pesquisa do autor?

Em primeiro lugar, uma excepcional capacidade heurística. Estabelecidas as fontes, inclusive avaliando a contribuição das diferentes versões disponíveis, como fez com a carta de Caminha, passava o autor à sua articulação. Chegava assim à composição de um mosaico, no qual faltavam elementos fundamentais. Em troca, abun-

davam caminhos hipotéticos, acumulados pela historiografia por diferentes motivos, dos quais os patrióticos ou nacionalistas não foram, nesse assunto, os menos importantes, como se percebe na discussão sobre a prioridade do descobrimento.

Em segundo, a segura hermenêutica. Em lugar de deixar-se impressionar pelos argumentos de autoridade, ou pelas motivações ideológicas, soube complementar a ausência daqueles elementos fundamentais com a capacidade de bem perguntar. As respostas, que fluíam dos documentos ou das deduções, eram com argúcia e capacidade lógica ordenadas e depuradas, tendo como norte a preocupação com as intenções dos agentes históricos.<sup>29</sup>

Essa epistemologia historista, que se definiu com Ranke, cuja obra conhecia, e que se aperfeiçoaria com Dilthey e Weber, Capistrano desenvolveu sem que para isso necessitasse escrever um manual de metodologia histórica – necessidade, aliás, que Ranke sentira.

Abandonado o cientificismo, utilizaria tais procedimentos cada vez mais 'naturalmente', como se co-naturais fossem ao historiador.

Em terceiro lugar, uma fina percepção da contemporaneidade das situações e uma forte desconfiança em relação aos anacronismos. Assim, a todo momento, nos textos sobre o descobrimento, aparece a preocupação com o que efetivamente existia e com o que era percebido pelos



agentes históricos. Tratando-se de um assunto – o ‘desencravamento planetário’ de Pierre Chaunu – sobre o qual existiam diferentes e contraditórias representações, ou, olhado sob a cômoda ótica de nossa cartografia por satélites, diferentes graus de ignorância, era procedimento inteligente não considerar uma informação a partir do referencial geográfico absoluto posterior, mas à luz das próprias representações cartográficas coevas. Sua aplicação desse procedimento à crítica dos intérpretes que à época favoreciam Duarte Pacheco Pereira é de uma lógica de ferro.

A pesquisa sobre o descobrimento em

Capistrano de Abreu reproduz em ponto menor a evolução do pensamento histórico do autor, que transita do cientificismo da juventude para uma posição historicista, ‘rankeana’, na qual a capacidade hermenêutica, perceptível na tese de 1883, tornou-se plenamente dominante nas obras da maturidade, entre as quais se encontram as produzidas sobre o tema entre 1900 e 1908.

A vigência das conclusões do autor bem demonstra que, para além das circunstâncias que a produziram, a grande obra historiográfica permanece, mesmo quando seus fundamentos tornam-se intelectualmente datados.

## N O T A S

1. João Capistrano de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1960.
2. João Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1954.
3. Parecer da Comissão de Admissão de Sócios do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pasta Capistrano de Abreu.
4. João Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pp. 3-92.
5. Idem, “O descobrimento do Brasil pelos portugueses”, em *O descobrimento do Brasil*, pp. 93-117.
6. Idem, “O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social, em *O descobrimento do Brasil*, pp. 128-189.
7. João Ribeiro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1960, p. 10 ss.
8. João Capistrano de Abreu, “História pátria”, em *O descobrimento do Brasil*, p. 206 ss.
9. Idem, “Vaz de Caminha e sua carta”, em *O descobrimento do Brasil*, pp. 191-205. A reunião desses textos foi realizada por José Honório Rodrigues, também autor de uma “Nota liminar”, na qual faz o histórico de cada um dos trabalhos.
10. Arno Wehling, “Capistrano de Abreu, a fase cientificista”, *RIHGB*, nº 316, 1976. Republicado, revisto e ampliado em *A invenção da história – estudos sobre o historicismo*, Rio de Janeiro, UFF/UGF, 1994.
11. João Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil*, p. 87. A idéia já estava presente, ainda de modo mais explícito, num texto de 1874, “A literatura brasileira contemporânea”, em *Ensaio e estudos*, 1ª série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 35 ss.
12. Idem, *O descobrimento do Brasil*, p. 41.
13. Idem, *ibidem*, p. 2. A questão é colocada como preâmbulo da tese.

14. Idem, *ibidem*, pp. 87-88.
15. Em passos muito semelhantes aos sugeridos por Ranke. Arno Wehling, "Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica", *Revista de História da USP*, nº 93, 1973, p. 177 ss; republicado e revisto em *A invenção da história*, op. cit., p. 150. No mesmo sentido da influência rankeana, Alice Canabrava, Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu, em *Anais do III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*, Porto Alegre, URGs, 1980, p. 215.
16. João Capistrano de Abreu, "O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social", (1900), op. cit., pp. 134-135.
17. Idem, *ibidem*, p. 134. Repetiria a conclusão nos *Capítulos de história colonial*, op. cit., p. 68.
18. Idem, *O descobrimento do Brasil*, (1900), p. 149.
19. Idem, *ibidem*, pp. 146-147.
20. Idem, "Vaz de Caminha e sua carta", op. cit., p. 202.
21. Idem, "O descobrimento do Brasil pelos portugueses", op. cit., p. 108.
22. Idem, *O descobrimento do Brasil*, (1883), op. cit., pp. 14-15.
23. Idem, "O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social", (1900), op. cit., p. 155.
24. Idem, *O descobrimento do Brasil*, (1883), op. cit., p. 31.
25. Idem, "O descobrimento do Brasil pelos portugueses", op. cit., p. 110.
26. Idem, "Vaz de Caminha e sua carta", op. cit., p. 195 ss.
27. Idem, "O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social", (1900), op. cit., p. 175.
28. Idem, "História pátria", op. cit., p. 208.
29. O tema do descobrimento já fora considerado, com tais instrumentos, por Varnhagen. Arno Wehling, *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade brasileira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 155 ss. e "As recepções do descobrimento: história, memória e identidade no historicismo brasileiro", *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, vol. 39, 1999, p. 144 ss.

## A B S T R A C T

The main subjects considered by Capistrano de Abreu, in his literary work, allude to the study of the hinterland, to the indigenous languages and to the discovery of Brazil.

The author, in his researches, made use of the heuristic, the hermeneutic and the historical epistemology. In his work, two books were very valorized: *Capítulos de história colonial* and *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*.

## R É S U M É

Les principaux thèmes développés par Capistrano de Abreu, dans son oeuvre littéraire, se rapportent à la découverte du Brésil et à l'étude de la brousse et des langues indigènes.

L'auteur, dans ses recherches, s'avait employé de la heuristique, de la herméneutique et de l'épistémologie historique. Dans son oeuvre, deux livres étaient très valorisés: *Capítulos de história colonial* et *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*.